

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: B Crítica (C.B. U.)

Class.: Política Indígena/COIAB

Data: 15 de agosto de 1992

Pg.: 682

Coiab considera Aviso um golpe contra os indígenas

Em nota distribuída ontem à imprensa, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Norte I afirma a preocupação dos indígenas com o que consideram um golpe desfechado pela Presidência da República: a emissão do Aviso nº 745/SG-PR que condiciona o ato de demarcação de suas terras ao parecer de órgãos como o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), Estado Maior das Forças Armadas (Emfa), Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa) e a Eletrobrás. Isso estaria sendo visto pelas lideranças indígenas como mais uma clara submissão da política indigenista aos interesses militares e econômicos.

O Cimi refere-se à nota divulgada pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) considerando que o Governo não está cumprindo com a legislação em vigor. "Essa nova lei - afirma a Coiab - demonstra claramente a intenção dos militares e do Estado brasileiro, no sentido de negar a demarcação das terras indígenas e não reconhecer a identidade étnica dos povos indígenas procurando mais uma vez assimilá-los o mais rapidamente possível no contexto nacional".

Para a Coiab, nunca houve intenção dos militares em reconhecer e demarcar as terras indígenas. "O processo demarcatório das terras indígenas que já se encontra praticamente paralisado não terá qualquer possibilidade com a nova lei de contemplar as necessidades urgentes dos povos indígenas, de garantir a sua sobrevivência física e a preservação de seus territórios", denunciam os índios.

A crise política que o Governo atravessa é outra preocupação para os índios. Eles temem que os retrocessos na política indigenista sejam ainda maiores. "O retrocesso em consequência das medidas adotadas através do Aviso do Presidente já é um sinal do que vem pela frente", prevê Amarildo Machado, coordenador de comunicação da Coiab.

Estatuto - As organizações indígenas não se surpreenderam com o substitutivo apresentado pela deputada Teresa Jucá (PTB/RR), relatora da comissão que elabora o novo Estatuto do Índio. Em recentes declarações à imprensa, a deputada revelou que seu substitutivo às três propostas em tramitação no Congresso Nacional sugere a emancipação dos índios, mantém a tutela -

de forma piorada e os considera incapazes - e demonstra a intenção de integrar o índio à sociedade nacional, resgatando um antigo sonho dos militares brasileiros.

Os representantes da Coiab avaliam que o substitutivo apresentado por Teresa Jucá é pior do que o atual Estatuto do Índio (Lei 6.001/72). Para o CIMI, a deputada está colocando no substitutivo o que empresários, militares, políticos e governadores têm manifestado nos últimos meses, sobretudo depois da decisão do Governo de providenciar a demarcação das terras Yanomami.

O Cimi avalia que tanto o ato administrativo do Governo em submeter a demarcação das terras indígenas ao crivo de órgãos que nada tem a ver com a questão indígena quanto as sugestões apresentadas por Teresa Jucá para o novo Estatuto do Índio são parte da ofensiva contra os direitos dos índios conquistados na Constituição. "É a retomada das propostas conservadoras que foram derrotadas na Constituição", diz Egon Heck, membro da coordenação do Cimi.